

2

Considerações teóricas e metodológicas

O leitor-modelo acha e atribui ao autor-modelo o que o autor empírico pode ter descoberto ao acaso. (Eco, 1994, p. 44)

2.1

Introdução

Neste capítulo, tenho por objetivo discutir o conceito de autor-modelo de Umberto Eco (1979a, 1979b, 1994), analisando-o criticamente e procurando contribuir para a compreensão e o aprofundamento do mesmo. Em seguida, defino a metodologia adotada e discorro brevemente sobre a validade do estudo de caso como metodologia de pesquisa (Bassey, 1999). Trato também do modelo investigativo proposto por José Lambert e Hendrik van Gorp (1985), da entrevista por e-mail como instrumento de pesquisa (Mann & Stewart, 2000) e, finalmente, da entrevista com o autor João Ubaldo Ribeiro.

Antes de iniciar minha análise do conceito de autor-modelo, considero importante ressaltar que ele se mostrou apropriado para o estudo de caso sobre o escritor brasileiro porque este vê o texto como o controlador do processo autotradutório. Percebi, durante a análise do caso ubaldiano feita durante a elaboração da monografia que descrevi brevemente no capítulo anterior, que, para João Ubaldo, o texto escrito é uma peça fundamental que deve ser respeitada pelo autotradutor. Assim, o conceito de autor-modelo de Umberto Eco, um construto do texto, me pareceu apropriado. Passemos então a explorá-lo.

2.2

O autor-modelo de Umberto Eco

Acredito que a teorização de Umberto Eco – semioticista, crítico literário, escritor e professor da Universidade de Bolonha – acerca do ato cooperativo da leitura ilumina a análise do trabalho do autor que traduz a própria obra. Entretanto, não pretendo aqui apresentar uma análise crítica acerca de todos os pressupostos teóricos que Eco apresenta e nos quais se apóia em suas análises.

Não pretendo discutir em detalhe todos os estágios do ato cooperativo da leitura, já apresentados e discutidos por Eco em *The role of the reader* (1979a) e *Lector in fabula* (1979b). Entretanto, explicarei alguns dos conceitos de Eco no decorrer desta seção, pois eles são fundamentais para minha discussão e para a análise dos dados que apresentarei no capítulo 4. São eles o autor e o leitor empíricos, a competência enciclopédica, as circunstâncias de enunciação, a noção de vazio e o sentido literal. Enfatizo, porém, que meu foco de interesse é o autor-modelo, delineado por Eco nos volumes citados acima e em *Six walks in the fictional woods* (1994). A definição do autor-modelo depende, contudo, do entendimento da outra via desse ato cooperativo – o leitor-modelo.

Eco, que já havia apresentado o conceito de “obra aberta” em seu livro de ensaios *Obra aberta* (1962), inicia sua exposição do papel do leitor afirmando que “um texto ‘aberto’ não pode ser descrito como uma estratégia comunicativa se o papel de seu destinatário (o leitor, no caso do texto escrito) não tiver sido considerado no momento de sua geração como texto” (Eco, 1979a, p. 3). Está implícita nessa afirmação a crença na escrita como uma atividade comunicativa e no fato de que, já que é comunicação, será preciso um leitor que exerça o papel de destinatário da mensagem, sem que este seja, contudo, o único papel exercido por ele. Para Eco, além de destinatário, o leitor é também co-participante do processo gerativo de um texto, pois “o autor tem de prever um modelo de leitor (o leitor-modelo) supostamente capaz de interpretar o texto da mesma maneira que o autor previu durante o processo de geração do mesmo” (p. 7). Isto significa que o leitor-modelo funciona como agente propulsor da produção escrita, levando o autor a fazer escolhas apropriadas ao leitor que tem em mente e registrá-las no texto. O fato de que Eco atribui ao leitor-modelo a tarefa de “interpretar o texto da mesma maneira” pode levar-nos a crer que a interpretação é um processo de descoberta de significados estáveis contidos em um texto. Entretanto, veremos mais adiante que essa hipótese não será ratificada e que o leitor interfere, de certa forma, na própria criação na medida em que elabora significados ao seguir pistas registradas no texto, consciente ou inconscientemente, pelo autor do mesmo. Esclareço também que o leitor-modelo está presente no texto sob a forma de uma estratégia textual e que a interpretação consiste na reconstrução dessa estratégia, um processo potencialmente sem fim, mas que tem limites, já que haverá

interpretações que, por não serem sustentadas pela coerência interna do texto, serão vistas como “sem êxito” por Eco (1979b, p. 41).

Considero a função do leitor como co-participante do processo gerativo de um texto bastante pertinente e, de certa forma, semelhante àquela descrita por Henry Widdowson, lingüista aplicado inglês, em seu artigo intitulado “New starts and different kinds of failure” (1984, p. 54-67), em que ele apresenta sua visão da escrita como atividade comunicativa. Para Widdowson, o escritor imagina um diálogo entre ele e um leitor, e registra o resultado dessa interação em uma folha de papel. Assim, o leitor impulsiona o processo de escrita e, ao ler o texto, dialoga com o escritor recriando o significado, produzido pela interação entre os participantes do processo comunicativo mediado pelo texto escrito (p. 58). Em minha dissertação de mestrado, explorei exatamente o processo de interação de professores de *Expressão oral e escrita*⁶ com aprendizes de inglês como língua estrangeira, mediado pelas redações produzidas por esses alunos como parte dos requisitos necessários para aprovação na disciplina *Língua inglesa IV*. Investigando os comentários escritos pelos professores nas redações e o processo de produção desses comentários através da utilização da técnica de protocolo verbal (Faerch & Kaasper, 1987), meu objetivo foi o de verificar se os professores assumiam o papel de leitores interessados na construção do significado (Antunes, 1994), ou, em outras palavras, na interação com os alunos, registrando esse interesse em seus comentários escritos. Os resultados de minha pesquisa introspectiva demonstram que a interação se dava durante o processo de leitura das redações, quando os professores faziam observações em relação aos esquemas de conteúdo ativados pelo texto, mas elas não eram registradas na forma de comentários às margens de cada redação. Os comentários escritos veiculavam, na grande maioria das vezes e como é freqüente, informações acerca de erros gramaticais e da forma considerada gramaticalmente correta do uso de determinadas estruturas. Concluí, com base em minha investigação, que: (i) o conhecimento sistêmico é visto como essencial pelos professores que tomaram parte de meu estudo; (ii) a correção gramatical é mais importante; e, (iii) a escrita de redações é tida como uma atividade que proporciona a prática de estruturas

⁶ *Expressão oral e escrita* é um componente da disciplina *Língua Inglesa*, que integra o currículo do curso de licenciatura em *Inglês e respectivas Literaturas*, do Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

morfossintáticas. Minha dissertação demonstra também (à luz do arcabouço teórico que utilizo nesta tese) que há pistas ou marcas que sinalizam para o leitor maneiras de cooperar com o texto. Voltemos então a Umberto Eco.

Durante o ato cooperativo da leitura, o leitor empírico – o “sujeito concreto dos atos de cooperação” (Eco, 1979b, p. 45-46) ou, em outras palavras, qualquer leitor que seleciona um texto para leitura – constrói hipóteses acerca do leitor-modelo presente no texto e faz conjecturas acerca do autor-modelo (Eco, 1979b, p. 45-46), atribuindo a este, e não às intenções do autor empírico – o sujeito concreto do processo de escrita –, as pistas deixadas no texto. O leitor empírico é quem formula hipóteses sobre o autor-modelo que, por sua vez, não espera simplesmente que o leitor-modelo exista, já que nem sempre a competência do leitor será semelhante à do autor. Na verdade, “todo ato de leitura é uma transação difícil entre a competência do leitor e o tipo de competência que um texto postula para ser lido de maneira econômica” (Eco, 2000, p. 84). Por isso, o texto deve “[contribuir] para produzi-la” (p. 40)⁷.

A competência do leitor, ou sua competência enciclopédica, é uma noção importante que passo a definir agora. Ela abrange “um complexo sistema de códigos e subcódigos” (Eco, 1979b, p. 60): um léxico sob a forma de dicionário básico elementar e que permite que o leitor identifique as propriedades semânticas das expressões; conhecimentos gramaticais, relativos aos operadores de coesão textual; as encenações comuns (conhecimento organizado de mundo compartilhado pela maior parte dos membros de uma cultura) e intertextuais (o conhecimento que o leitor tem de outros textos e que nem todos os membros de uma determinada cultura possuem); as seleções contextuais e circunstanciais que permitem, por exemplo, saber quando e em que circunstâncias, uma dada expressão é usada não em sentido literal, mas em sentido retórico; e, por fim, uma dada perspectiva ideológica. Ou, nas palavras de Rabenhorst, podemos dizer que a competência enciclopédica abrange o “registro de funcionamento de uma língua em toda a sua complexidade, contemplando regras de significação e instruções pragmaticamente orientadas” (2002, p. 8). Considero também que a competência enciclopédica abrange um conjunto de competências – competência gramatical, sociolingüística, discursiva e textual – além do conhecimento prévio do leitor

⁷ Um exemplo da construção da competência do leitor-modelo está em *Lector in fabula* (Eco, 1979b, p. 40).

acerca do mundo que o cerca. Como dito acima, o autor-modelo contribui para a construção da competência de seu leitor-modelo, mas devemos ressaltar que um texto pode demandar o uso de uma competência enciclopédica que o leitor empírico não tem e, por isso, este, talvez, não consiga seguir as pistas deixadas pelo autor-modelo para a interpretação. Mas voltemos à construção da competência do leitor-modelo.

Um exemplo desse processo se dá, na tradução, através do uso da técnica da explicitação (Baker, 1996, p. 176), recorrente em textos traduzidos, como alguns pesquisadores demonstram (Wools, 2000; Olohan & Baker, 2000). Quando lê pela primeira vez um texto, o tradutor, leitor-modelo do original, constrói uma interpretação dele. Mas ao iniciar o processo de tradução em si, o tradutor imagina o leitor-modelo da tradução, diferente daquele do original e dotado, necessariamente, de competência enciclopédica distinta daquela que a leitura do texto-fonte demanda. O resultado da interação imaginária com o novo leitor provoca a inserção de modificações que visam auxiliá-lo, porque a ele falta o conhecimento acerca, por exemplo, da perspectiva cultural que informa o texto. Quando explicita, o tradutor, entre outras possibilidades, adiciona informações a respeito de um item cultural que julga desconhecido do público-leitor estrangeiro e ao mesmo tempo, nas palavras de Eco, contribui para a construção de uma competência que será necessária para o ato cooperativo da leitura. Vejo ainda a explicitação como marca atribuída ao trabalho do *tradutor* presente no texto traduzido. Conseqüentemente, o autor que traduz seu próprio texto estará agindo como um tradutor típico quando, por exemplo, decide explicitar itens culturais. Esse não é, contudo, o único tipo de atuação do autotradutor, como veremos adiante, pois, a meu ver, ele também deixará marcas atribuíveis ao autor-modelo original que demonstrarão que ele aproveita o processo de tradução para aperfeiçoar o texto, recriando assim aquele que era tido como original.

A interpretação de um texto é, como descrevi acima, prevista durante o processo de criação e o leitor-modelo, que compartilha a competência enciclopédica com o autor, ajudará um “mecanismo preguiçoso” (Eco, 1979b, p. 37) – o texto – a funcionar. É o leitor quem dá a partida na interpretação e, sem ele, ela não existe. Como já foi visto, o papel do leitor antecede a leitura propriamente dita porque o autor constrói o texto prevendo a atuação do leitor-modelo, mas não termina aí. Este atua também durante a leitura, quando constrói

interpretativamente as previsões do autor, dando forma ao autor-modelo, também um construto do texto, a quem são atribuídas as pistas para a interpretação (Eco, 1994, p. 44). O autor empírico não necessariamente poderá explicar as pistas que deixou, já que elas nem sempre serão opções conscientes, e, por isso, o autor-modelo é importante no processo de comunicação. No caso da tradução, é o autor-modelo que será, de forma intuitiva, tomado como referência pelo tradutor e que este (leitor-modelo do original) reconstrói na tentativa de ser fiel ao original. É importante destacar mais uma vez que, para Eco, o autor-modelo não se assemelha ao autor empírico, nem tampouco as escolhas registradas no texto deverão ser investigadas com base na sua história ou suas explicações, até porque nem sempre ele será capaz de explicar suas próprias estratégias (ibidem). O autor-modelo é aquele a quem o leitor *atribui* a seleção de estruturas sintáticas, de itens lexicais e de estratégias narrativas registradas na manifestação linear do texto e que servem de pistas para a interpretação. Mas vejamos agora como se dá a primeira etapa, obrigatória, na construção do autor-modelo.

O ato cooperativo da leitura⁸ se dá em vários níveis, que não pretendo explicar em detalhe aqui, já que não é o propósito desta tese estudá-lo criticamente. Desejo apenas fazer uma análise breve acerca da manifestação linear do texto ou sua “superfície lexicática” (Eco, 1979b, p. 55), pois é com ela que o leitor coopera no processo de recriação do significado e é lá que as escolhas do autor-modelo aparecem registradas. Como afirma Eco, “só se pode partir da manifestação linear; ou então, só se decide atualizar um texto quando este nos é subministrado como expressão” (p. 53). É na manifestação linear do texto que está indicado “um conjunto de instruções [...] um conjunto de frases ou outros sinais” (Eco, 1994, p. 16) que servem de “guia para o leitor” (p. 27). Ao entrar em contato com essas instruções, o leitor-modelo, obrigatória e imediatamente, as relaciona às circunstâncias de enunciação que englobam “informações acerca do emitente, da época e do contexto social do texto, suposições sobre a natureza do ato lingüístico” (1979b, p. 56) e todas as informações possíveis sobre as condições de produção de um material. Acrescento que os paratextos são materiais importantes para a compreensão dessas condições e tendem a fornecer, de forma explícita ou implícita, limites para a interpretação da obra e sua função

⁸ Os níveis de cooperação textual são discutidos em detalhe por Eco no livro *Lector in fabula* (1979b).

em um polissistema literário. Voltarei à questão dos limites em breve. Por ora, continuo a discutir os primeiros passos, obrigatórios, do leitor em contato com a manifestação linear do texto.

O segundo passo do leitor-modelo é a aplicação de um sistema de códigos e subcódigos “fornecidos pela língua em que o texto foi escrito e pela competência enciclopédica a que por tradição cultural aquela própria língua remete” (1979b, p. 60). Ou seja, o leitor recorre a sua competência enciclopédica e faz inferências que permitirão um primeiro nível de interpretação do texto (p. 60-67). Mas na manifestação linear não estão registradas todas as pistas. Eco afirma (1979b) que o texto está “entremeado de espaços brancos, de interstícios a serem preenchidos e quem o emitiu previa que esses espaços e interstícios seriam preenchidos e os deixou brancos [...]” (p. 37). Uma das marcas que o autor deixa no texto fica, portanto, definida, ainda que de forma breve: os “espaços brancos” ou “interstícios”, ou aquilo que o texto não diz ou que não manifesta “em superfície” (p. 36), mas que pressupõe, promete, implica e cujo preenchimento requer do leitor “movimentos cooperativos, conscientes e ativos” (p. 36) e, por que não dizer, criadores. Em *Six walks in the fictional woods* (1994), Eco volta a fazer referência aos “espaços brancos” ou “vazios” (p. 3) e se refere de forma direta à teoria do efeito estético e ao leitor implícito de Wolfgang Iser (1978), apontando diferenças entre o leitor-modelo e o leitor implícito (Eco, 1979b, p. 15-16) sem se referir às possíveis diferenças entre os vazios por ele pensados e os vazios iserianos. Contudo, essas diferenças existem e, sendo o vazio uma marca importante deixada pelo autor-modelo, pois é ativadora do trabalho do leitor, ele precisa ser definido.

Chamo a atenção, em primeiro lugar, para a concretude e abrangência, em meu entendimento, dos vazios propostos por Eco. Eles são concretos, por assim dizer, pois são “visíveis” na própria manifestação linear através, por exemplo, da escolha do léxico. Quando o autor-modelo escolhe, digamos, a palavra “Senhor”, ele seleciona um indivíduo humano do sexo masculino, adulto. Entretanto, outras características inerentes a um indivíduo da raça humana (se pode ser negro ou branco e ter cabelos negros, loiros, crespos ou lisos, por exemplo) permanecem implícitas, pois o leitor não as atualiza a princípio. Ele só as atualizará no nível das estruturas discursivas na medida em que o texto aponte para a importância de tais características e essa atualização dá à leitura o aspecto de criação, pois nem

sempre um determinado vazio será preenchido da forma que o autor imaginou. Ou, em outras palavras, o autor-modelo escolhe um sistema lexical, mas não a interpretação que o leitor-modelo fará desse sistema. Ao mesmo tempo, se o vazio é *tudo* o que o texto não diz ou que não manifesta em sua superfície, ele torna-se um conceito bastante abrangente⁹.

Já os vazios iserianos são, em meu entender, mais restritos. Para Iser (1978), a função da ficção é comunicar e, apoiado na teoria dos atos de fala e em teorias da psicologia e psicanálise, argumenta que os vazios são ocasionados, fundamentalmente, pela indeterminação característica de toda relação de interação e interpretação (1978, p. 72). De forma mais específica, Iser aponta para (i) a despragmatização de normas (p. 184), (ii) o confronto entre as diferentes perspectivas no texto literário (do narrador, dos personagens, da trama e do leitor fictício) (p. 35), (iii) a técnica do corte (p. 191-192) e (iv) a justaposição abrupta de segmentos textuais (p. 195) como origem dos vazios¹⁰, que funcionam como propulsores da interação leitor-texto e causam a assimetria, provocadora da comunicação. Para preencher momentaneamente os vazios e superar essa assimetria o leitor usa suas próprias projeções, mas elas serão transformadas em consequência da interação. Defensor de uma visão não-representacionista do texto literário, Iser vê a interpretação como um processo de construção guiado pelo texto (1978)¹¹.

Creio que os vazios propostos por Umberto Eco e Wolfgang Iser são semelhantes, pois eles prevêm a participação ativa do leitor, sem o qual a interpretação não pode existir. São semelhantes ainda porque não prevêm o tipo de preenchimento em si, mas sim o fato de que ali há um vazio que precisa ser preenchido. Entretanto, a participação do leitor nos dois casos é distinta. Não é minha intenção discutir em detalhe as diferenças entre os pressupostos epistemológicos em que Eco e Iser se apóiam. Entretanto, considero importante ressaltar que, se para Iser o leitor preenche momentaneamente os vazios com base em suas *próprias projeções*, para Eco o preenchimento desses espaços brancos

⁹ Há exemplos do processo de preenchimento dos vazios presentes no texto em *Lector in fabula* (1979b, p. 36 e 163-170).

¹⁰ O processo de interpretação do texto e a função dos vazios são apresentados extensa e detalhadamente em *The act of reading* (Iser, 1978).

¹¹ Além dos “vazios”, as “negações” também instruem o leitor no processo de interpretação (Iser, 1978, p. 212-225).

será limitado por uma *enciclopédia* “*acessível*” aos membros de uma cultura, que funciona como uma espécie de *guard-rail* da interpretação.

Voltarei à questão dos limites da interpretação em seguida. Por ora, ressalto que, em meu estudo, adoto a noção de vazio de Eco e analisarei as escolhas do autotradutor no tratamento dos itens de especificidade cultural (Franco Aixelá, 1996) que dependem da cooperação do leitor para o preenchimento do vazio que cada um desses itens selecionados pelo autor-modelo espera. Compartilho com Eco a crença de que será impossível atualizar um texto sem primeiramente investir de conteúdo as expressões registradas em sua manifestação linear (1979b, p. 57). Nesse sentido, ao traduzir seu próprio texto tendo em vista o leitor-modelo estrangeiro, o que faz João Ubaldo Ribeiro? Que expressões e itens de especificidade cultural decidirá utilizar? Ele auxiliará o leitor-modelo a investir de conteúdo os itens que seleciona?

Outras marcas atribuídas ao autor-modelo são descritas por Eco. Ele afirma que “todo tipo de texto seleciona um modelo bastante geral de leitor possível através da escolha (i) de uma língua, (ii) de um tipo de enciclopédia, (iii) de um dado patrimônio lexical e estilístico” (1979b, p. 40). Além dessas formas, um texto pode selecionar seu leitor de forma explícita – como quando um livro é destinado ao público infantil, por exemplo (p. 40). Vale destacar também que ambos, autor e leitor modelos, estão presentes no texto narrativo por meio das escolhas que os definem. De fato, Umberto Eco afirma que “emissor e receptor estão presentes no texto” (p. 10).

Acredito que a terceira marca – o patrimônio lexical e estilístico – pode ser mais explorada. Atribui-se a um autor-modelo um idioleto que pode passar a caracterizar suas obras. Assim, por exemplo, é atribuída ao autor-modelo de *Sargento Getúlio* e de *Viva o povo brasileiro*, a seleção de um patrimônio específico que marca os dois romances. Rodrigo Lacerda (2005) se refere à “impressionante argamassa de linguagem que é o monólogo de *Sargento Getúlio*” (p. 70) e apresenta aquilo que identifica como as “marcas de estilo”, nas palavras de Umberto Eco, atribuíveis ao autor-modelo:

erros intencionais [...]; evoluções sonoras [...]; onomatopéias [...]; fusões de palavras [...]; frases encurtadas [...]; frases retorcidas [...]; interjeições oralizantes [...]; corruptelas do inglês [...]; palavras arcaicas ou eruditas [...]; expressões arcaicas ou eruditas [...]; estruturas sintáticas arcaicas [...]; ditados populares [...]; neologismos completos [...]; marcas de sotaque regional [...]; repetições intencionais [...]. (p. 72)

João Carlos Teixeira Gomes (2005) aponta marcas semelhantes presentes em *Viva o povo brasileiro* ao citar “a riqueza do recheio vocabular” (p. 93) e a “criação vocabular” (p. 100). O escritor brasileiro explora, com mestria, a língua portuguesa através do uso de um vocabulário e registro lingüístico que caracteriza de forma contundente os personagens dos dois romances. Portanto, o leitor-modelo brasileiro construído pelo autor-modelo é um leitor competente e ao mesmo tempo disposto a construir a competência enciclopédica necessária durante a leitura.

Finalmente, é importante destacar que Eco não argumenta a favor da presença de autor e leitor *empíricos* no texto, pois ambos são “papéis actanciais do enunciado” (1979b, p. 44) e não sujeitos da enunciação. A presença do autor no texto se dá através da utilização de uma estratégia textual (p. 45), que poderá ser a seleção de uma narrativa em primeira pessoa, por exemplo, além de seu próprio patrimônio lexical e estilístico. Autor e leitor modelos não são, portanto, realidades empíricas, pois ambos só têm vida no texto e “a cooperação textual é fenômeno que se realiza [...] entre duas estratégias discursivas e não entre dois sujeitos individuais” (p. 46). Ou seja, para Eco, o autor empírico não tem papel na interpretação do texto. Ele o escreve e, para escrevê-lo, precisa imaginar um interlocutor – o leitor-modelo – que será capaz de cooperar com sua criação. Cooperando com ela, seguindo as pistas e marcas lá registradas, o leitor-modelo recriará o autor-modelo, sem que o autor empírico tenha um papel a exercer aí. Eco considera, inclusive, que o conhecimento acerca do autor empírico poderá causar dificuldades na cooperação do leitor com o texto. O semioticista afirma que “nem sempre se pode distinguir tão claramente o autor-modelo” (ibidem) e, por isso, é comum que o leitor empírico tente contribuir com seus conhecimentos acerca do autor empírico para a construção do autor-modelo presente no texto. Entretanto, Eco argumenta que essa tentativa do leitor empírico tende a “ofuscar” o autor-modelo.

Mais recentemente, entretanto, Eco argumenta que a

idéia de interpretação textual como a descoberta da estratégia com intenção de produzir um leitor-modelo, concebido como a contrapartida ideal de um autor-modelo (que aparece apenas como uma estratégia textual), torna a idéia da intenção do autor empírico radicalmente inútil. Temos de respeitar o texto, não o autor enquanto pessoa assim-e-assim. Todavia pode parecer um tanto rude eliminar o

pobre autor como algo irrelevante para a história de uma interpretação. (2001a, p. 77)

Eco ratifica, a princípio, sua visão do autor empírico como uma figura indesejável que atrapalha a cooperação do leitor com o texto, mas, por outro lado, o professor italiano se sente forçado (talvez por sua própria condição de romancista) a reconhecer que o “pobre autor” não pode ser simplesmente eliminado da história da interpretação. Também acredito que o autor empírico não pode ser excluído por completo, mas é necessário redefinir seu papel na produção de autor e leitor modelos.

Esclareço que não é meu desejo discutir a intenção do autor, pois não acredito na intenção “verdadeira” ou “original” vista como fonte de explicação para a obra. Contudo, isso não quer dizer que pretendo descartar a figura do autor empírico ou tomá-la como agente que atrapalha o processo de cooperação. Na verdade, creio que o autor empírico pode exercer um papel importante na construção do autor-modelo. Por isso, volto às “circunstâncias de enunciação” definidas anteriormente.

Quando está diante de um texto, o leitor imediatamente o relaciona às circunstâncias de enunciação. Uma das primeiras perguntas que faz concerne o tipo de texto que ele tem diante de si: é um artigo científico, um relato biográfico, um romance? Acredito que o autor empírico já começa a se “intrometer” no processo de interpretação nesse momento. O nome João Ubaldo Ribeiro escrito no início de um texto dificilmente indicará que o leitor pode encontrar ali um artigo científico, por exemplo. Assim, as informações que o leitor tem sobre o autor empírico farão com que seu leque de opções se restrinja. O leitor faz também suposições acerca de “esquemas retóricos e narrativos que fazem parte de um repertório selecionado e restrito de conhecimento” (Eco, 1979b, p. 66), baseado em suas leituras prévias de outros textos de João Ubaldo e de outros romances da época em que determinada obra foi escrita. O leitor faz suposições acerca das condições de produção de um texto e estas o impedem de “desrespeitar o mundo possível da obra e o sistema lexical de seu tempo” (Rabenhorst, 2002, p. 11). Assim, se o autor-modelo imagina uma trama que se passa no interior do Brasil nos anos 1970, existem condições que ele respeita, tais como um léxico característico daquela região e época, que atuam como limites para a

interpretação. Um exemplo fornecido pelo tradutor, professor e poeta Paulo Britto mostra como o tradutor literário enfrenta os limites que as condições de produção de um texto impõem à sua tarefa.

Por e-mail (15/11/2006), Britto conta que, em 1984, traduziu *Os subterrâneos* de Jack Kerouac para o português. A trama se passa nos anos 1950 e contém muitas gírias associadas ao uso de drogas comuns entre negros e *beatniks* nessa década nos Estados Unidos, mas que só com a contracultura dos anos 1960 vieram a se difundir no Brasil. Ao traduzir o romance, Britto optou por termos usados no Brasil somente a partir do final dos anos 1960, substituindo *joint* por “baseado” e *high* por “barato”, por exemplo. O poeta e tradutor estava consciente do anacronismo, mas decidiu mantê-lo em vez de lançar mão de expressões que soariam pouco naturais, tais como “cigarro de maconha” ou “um tremendo efeito psicológico”. De fato, frases como “me dá esse cigarro de maconha” ou “estou sentindo um tremendo efeito psicológico” seriam exemplos de falta de naturalidade. Ou seja, diante das duas opções, ambas vistas como problemáticas por Britto, ele optou pela “menos ruim” (os anacronismos, no caso). Britto conta ainda que um resenhista criticou a tradução de maneira bastante dura exatamente por causa dos anacronismos. Entretanto, diante do pedido do tradutor, em carta enviada ao jornal, para que o resenhista fornecesse as (inexistentes) gírias de drogas no Brasil dos anos 1950, o assunto se encerrou. A partir da perspectiva de Eco, podemos dizer que o resenhista cobra de Paulo Britto o respeito ao sistema lexical da época em que a obra foi escrita (um dos limites da interpretação) e o “acusa” de traição. Britto, por sua vez, responde que ele, o tradutor, foi além dos limites conscientemente, fazendo a escolha que considerou a melhor entre as possíveis. Em outras palavras, o tradutor responde que há momentos em que os limites são ultrapassados em nome, no caso, da fluência da tradução.

Também João Ubaldo Ribeiro (1990), o autor empírico, aponta para o respeito ao sistema lexical como um fator limitador da interpretação. Ao discutir seus problemas de tradução, ele afirma que “certos nomes científicos de árvores e frutos jamais poderiam sair da boca de um escravo brasileiro do século XVIII” (p. 4). Ou seja, a partir da perspectiva de Eco, o mundo possível da obra – a escravidão brasileira do século XVIII – e o sistema lexical de seu tempo restringem as escolhas lexicais atribuídas ao autor-modelo e também as escolhas do tradutor. Diante dos limites, o tradutor Paulo Britto optou pelo anacronismo e

justifica sua escolha. Já João Ubaldo vai usar o caso relatado para afirmar sua crença na impossibilidade da tradução. Voltarei às opções de João Ubaldo em capítulo posterior. Por ora ressalto que Britto vê o limite, mas não se lamenta diante dele porque considera sua escolha justificada.

Eco segue afirmando que o “repertório selecionado e restrito de conhecimento” (1979b, p. 66) não é comum a todos os membros de uma cultura. Haverá leitores que, possuidores de um vasto conhecimento cultural e competência intertextual, estarão mais motivados a cooperar com um texto e interpretá-lo com base nas pistas que ele oferece. Entretanto, há um autor (empírico) que foi capaz, consciente ou inconscientemente, de selecionar determinados esquemas retóricos e narrativos ou determinadas estratégias textuais, impulsionado por um leitor-modelo, durante o processo de geração do texto. Esse autor possui em seu repertório um arsenal de possibilidades que têm por base sua própria competência enciclopédica construída, inclusive, a partir de outras leituras. Se, como afirma Eco (p. 64), “nenhum texto é lido independentemente da experiência que o leitor tem de outros textos”, considero que nenhum texto é tampouco escrito sem levar em conta a experiência que o autor empírico tem de outros textos. Tal experiência inclui as normas, os valores e a poética a que todos os textos e autores estão sujeitos e que podem questionar (Iser, 1978). Normas, valores, coerções e poética são discutidos por André Lefevere em relação à tradução, mas também se aplicam ao fenômeno da escrita. É minha crença que os escritores, estando sujeitos a normas, valores, coerções e poética – que também estão entre as condições de produção de uma obra –, os utilizam, consciente ou inconscientemente, de propósito ou ao acaso, durante o processo de geração de seus textos. É impossível então considerar que um autor empírico não esteja sujeito a esses fatores quando escreve e que eles não influenciem o processo criativo. Na verdade, acredito que o autor empírico responde a seu leitor-modelo, construído a partir da visão que aquele adquire sobre este na sua relação com o mundo e com outras obras. Esse mesmo autor, que novamente se apresenta quando traduz seu próprio texto, o relê, assumindo agora o papel do leitor-modelo imaginado durante a geração da obra e, ao mesmo tempo em que coopera com seu próprio texto, ele tem de imaginar outro leitor-modelo – inserido em outro contexto – e recriar o autor-modelo inscrito no original, que está sujeito a outras condições de produção que influenciam e

limitam a tradução. Não quero afirmar com isso que o autor seja o melhor leitor-modelo possível ou que um tradutor não possa exercer tal papel. Pelo contrário. O papel de leitor-modelo poderá ser exercido por todo aquele que desejar (ou estiver apto a) interpretar o texto, respeitando seus limites. Entretanto, diferentemente do tradutor que não é o autor do texto que traduz, o autotradutor tem autoridade e liberdade para ir além de limites sem ser tachado de traidor e deixará marcas atribuídas ao autor-modelo original e permitidas somente a esse autor.

Mas as condições de produção de uma obra não são o único limite da interpretação. Além deles, há a coerência interna de um texto, já que toda interpretação deverá ser confirmada ou rejeitada pelas demais partes do mesmo (Rabenhorst, 2002, p. 10). Finalmente, há o sentido literal das formas lexicais, cuja aplicação precede “qualquer ato de liberdade por parte do leitor” (Eco, 2000, p. xviii). Em *Os limites da interpretação* (2000), Eco reafirma sua crença na existência de um “sentido literal das formas lexicais, que é o que vem arrolado em primeiro lugar no dicionário, ou então aquele que todo cidadão comum elegeria em primeiro lugar quando lhe fosse perguntado o que significa determinada palavra” (p. xviii), especialmente se for fora de contexto. No mesmo volume, ao reavaliar o sentido figurado da linguagem, em especial o sentido metafórico, Eco continua a construção do conceito de literalidade. Ele afirma que “um intérprete pode tomar a decisão de considerar metafórico qualquer enunciado, desde que sua competência enciclopédica lho permita” (p. 123). Isto significa que a interpretação depende da interação com a mensagem e essa interação depende, por sua vez, da competência do leitor.

Ressalto assim que o sentido literal para Eco não está calcado em uma visão de estabilidade do significado. Dizer que o sentido literal é o “mais comum” não significa dizer que ele é estável, inerente à unidade lexical, mas sim que há um contexto em que determinada forma é mais freqüentemente utilizada e, por isso, um significado acaba por adquirir uma espécie de primazia sobre outros. Por exemplo, a expressão *home run* imediatamente ativa a competência enciclopédica do leitor-modelo de um texto, relacionando-a ao beisebol. Isso não quer dizer que há um sentido atrelado à própria expressão, pois “o sentido arrolado em primeiro lugar no dicionário ou aquele que o cidadão comum diz em primeiro lugar” não antecede a interpretação. De fato, a questão que se coloca ao cidadão comum que

coopera com um texto deve ser posterior à leitura. Sendo assim, ao cooperar com um texto, qual é o sentido que o leitor constrói?

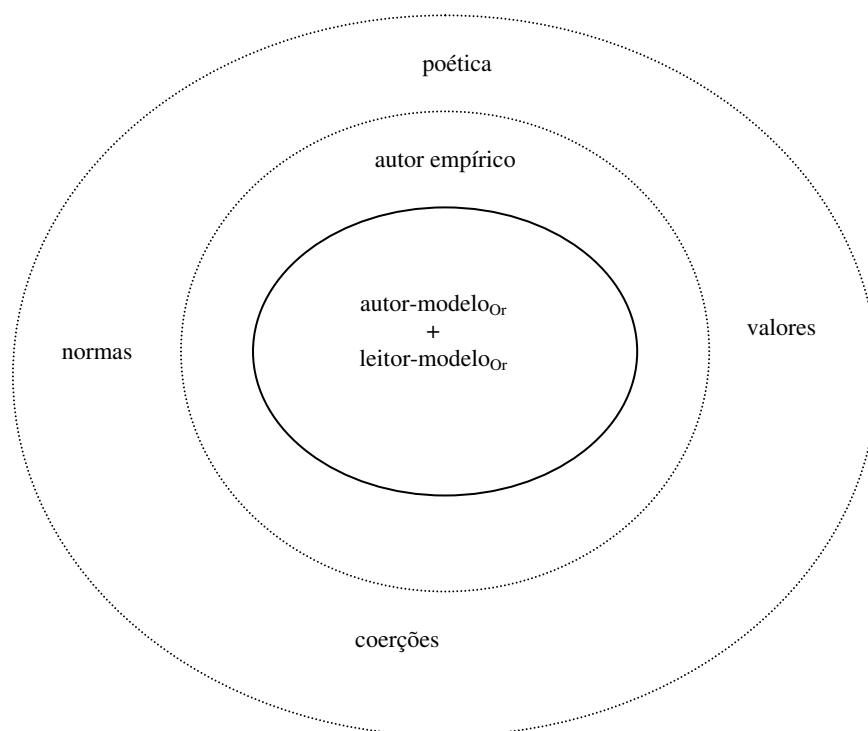
Finalmente, quero destacar que o tradutor encontra-se duplamente limitado, por assim dizer. Ele lida com limites representados pelo autor-modelo do original inscrito no texto e com aqueles representados pelas condições em que o leitor-modelo da tradução está inserido. Assim, o tradutor profissional busca, em geral, o equilíbrio para que o produto de seu trabalho seja um texto que promova a comunicação com o leitor estrangeiro. O autotradutor, por sua vez, lida com os mesmos limites, mas tem liberdade e autoridade, segundo a concepção mais popular acerca da autotradução, para lidar com eles.

Teses recentes procuram demonstrar, através da análise do trabalho do autotradutor, que a autotradução é tradução e não criação autoral no sentido estrito, ao mesmo tempo em que buscam algo que distinga o trabalho do autotradutor daquele do tradutor que não é o autor do texto que traduz. Ainda que concluam que a autotradução é, de fato, tradução, e que o autor do texto atua como *tradutor* quando traduz textos de sua autoria, uma idéia é subjacente a essas teses: há algo de diferente no trabalho do autotradutor. Helena Tanqueiro e Verena Jung explicitamente tomam o autotradutor como tradutor ideal, pois ele tem acesso à “intenção original”, como afirma Tanqueiro (2002), ou à “memória dessa intenção”, segundo Jung (2002). Porém, devemos considerar que são freqüentes as declarações de autores que dizem não ter tido determinada intenção atribuída a eles ou ainda que não se lembram das intenções que ocupavam seus pensamentos no momento da geração do texto. Por isso, considero que a figura do autor-modelo, aquele a quem essas intenções são *atribuídas* com base nas escolhas registradas no texto, pode ser uma alternativa para a compreensão do trabalho do autotradutor. Nas mesmas teses, há inúmeros exemplos tratados de forma especial, por assim dizer. Tanqueiro (2002) menciona as modificações motivadas pela liberdade do autor, Jung (2002) demonstra como aprendizes de tradução não fazem determinadas alterações porque as consideram fora do escopo do trabalho do tradutor e Filgueiras (2002) descreve a oportunidade de reescrever uma obra que a autotradução dá ao autor. Mark Shuttleworth e Moira Cowie afirmam que “o autor-tradutor se sentirá justificado ao introduzir mudanças no texto traduzido [...] onde um tradutor ‘comum’ hesitaria em fazê-lo” (1997, p. 13). O que os pesquisadores afirmam implicitamente é que na tradução da obra pelo

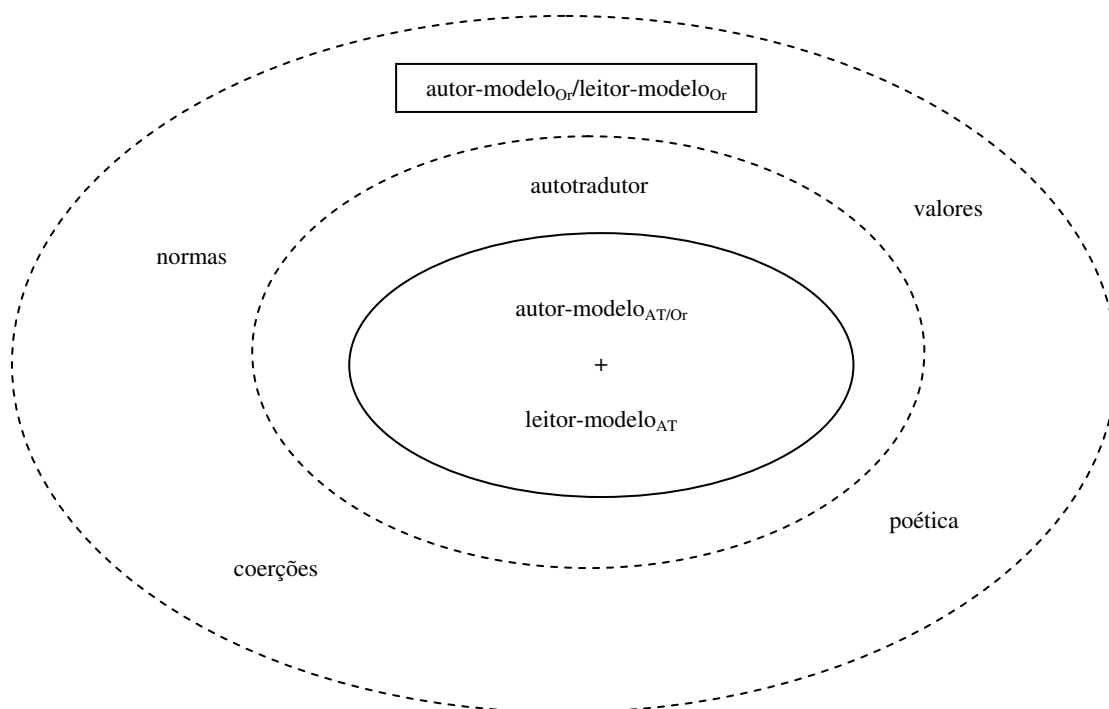
próprio autor há traços da sua presença. Ou, em outras palavras, há, nas obras traduzidas pelo autor, marcas da presença do autor-modelo original.

Outra característica que as teses de Tanqueiro (2002) e Jung (2002) têm em comum é a crença na possibilidade de que o trabalho do autotradutor se torne um modelo para o trabalho do tradutor, que deverá utilizar os mesmos procedimentos adotados pelo primeiro em situações específicas. Não acredito, contudo, que o trabalho do autotradutor possa ser considerado um modelo, por razões que esclarecerei posteriormente. Acredito, sim, que o trabalho do autotradutor precise ser investigado, já que o conhecimento desse processo pode fornecer novas possibilidades de compreensão da tradução propriamente dita. Além disso, conhecer a autotradução e percebê-la como atividade que tem características especiais ajudará na construção de possíveis fronteiras entre as duas atividades. Investigar o trabalho de João Ubaldo Ribeiro, portanto, ajudará na construção desses limites. Minha hipótese é que, ao traduzir, João Ubaldo introduz modificações em seu texto que serão atribuídas ao autor-modelo original, ainda que esse não seja seu objetivo ou sua vontade, como ele mesmo afirma (e-mail, 18/07/2003). Se as traduções são, para Eco, “quando bem sucedidas, um exemplo de cooperação interpretativa posta em público” (1979b, p. 163), a autotradução mistura a visibilidade da interpretação ao ato de geração de um novo leitor-modelo e, paralelamente, de um novo autor-modelo: o autor-modelo da autotradução. Entretanto, na autotradução o autor-modelo se dividirá em dois tipos de atuação. Por um lado, ele é reflexo do leitor-modelo impulsionador da tradução e deixa marcas que podem ser atribuídas a qualquer tradutor. Por outro, o autor empírico assume o papel de leitor-modelo, relê a obra e, durante o processo de tradução, pode deixar marcas que serão atribuídas ao autor-modelo original, dando continuidade ao processo de escrita criativa. É o que verificaremos durante a análise do caso de João Ubaldo Ribeiro. Introduzo agora dois esquemas. O primeiro ilustra a concepção de autor-modelo do original (autor-modelo_{Or}) e o segundo ilustra o autor-modelo da autotradução (autor-modelo_{AT/Or}):

(i)



(ii)



2.3

Metodologia

Qualquer processo de autotradução será um fenômeno bastante singular e complexo. Por isso, a investigação da atividade de autotradução de João Ubaldo Ribeiro demanda a utilização de uma metodologia de pesquisa que permita a aproximação do objeto pesquisado: o estudo de caso, que possibilita um estudo detalhado de uma unidade particular e complexa. Como demonstrei na introdução a esta tese, esse tipo de estudo tem sido freqüente nos estudos da tradução. Passo agora a apresentar as características do estudo de caso do escritor brasileiro, objeto de minha pesquisa.

O estudo de caso sobre João Ubaldo Ribeiro situa-se entre os limites de um estudo de caso intrínseco e um estudo instrumental (Stake, 1995, p. 16-17), já que analiso o processo de autotradução do escritor brasileiro para compreender uma situação específica, sendo esse meu objetivo principal (daí o caráter intrínseco deste estudo), mas pretendo também fornecer pistas para a compreensão do fenômeno da autotradução e do estabelecimento de limites entre essa modalidade de tradução e a tradução propriamente dita (daí o caráter instrumental do estudo). É importante observar também que será investigado o contexto a que as traduções de João Ubaldo se destinam, uma característica comum dos estudos de caso. As autotraduções foram realizadas em momentos específicos da história da tradução no Brasil e nos Estados Unidos e tal fato não pode ser descartado. Lambert e van Gorp argumentam que “é absurdo desconsiderar o fato de que uma tradução ou um tradutor mantém relações com outras traduções e outros tradutores” (1985, p. 51).

Outra característica do estudo de caso, segundo Lüdke e André (1986), é a variedade de fontes de informação, pois ela permitirá, entre outros aspectos, “o cruzamento de informações” (p. 19) provenientes de fontes distintas. Leo van Lier, estudioso da aprendizagem de línguas em sala de aula, afirma que “muitos pesquisadores defendem o uso da triangulação, ou seja, a utilização de dados e métodos diferentes além de uma variedade de instrumentos de pesquisa” (1988, p. 13). Para Lier, a triangulação aumenta a confiabilidade dos resultados. Assim, sendo meu objetivo apresentar resultados confiáveis acerca do processo (auto)tradutório de João Ubaldo Ribeiro, utilizo uma variedade de fontes de

informação, bem como diferentes instrumentos de pesquisa. Entre as fontes de informação que utilizo estão: (i) o artigo “Suffering in translation”, de autoria de João Ubaldo; (ii) entrevistas (publicadas ou não) e declarações diversas concedidas pelo escritor; (iii) os textos – original e tradução – produzidos por ele; (iv) resenhas escritas por críticos norte-americanos e publicadas nos Estados Unidos; e (v) livros escritos por críticos brasileiros sobre a obra do autor. Além da triangulação de informações, utilizo ainda instrumentos de pesquisa distintos: (i) a comparação entre original e tradução, freqüentemente feita por estudiosos da tradução; (ii) o modelo para análise de traduções de Lambert e van Gorp (1985); e (iii) a entrevista por e-mail, instrumento até então pouco utilizado nas Ciências Sociais (Mann & Stewart, 2000). As informações coletadas através da utilização desses instrumentos serão analisadas qualitativamente.

É importante esclarecer que não pretendo que minhas conclusões acerca do processo de construção do autor-modelo expliquem todos os outros processos tidos, à primeira vista, como semelhantes. Não pretendo tampouco que minhas conclusões acerca de João Ubaldo Ribeiro se apliquem a todos os outros autotradutores da história, já que não acredito na possibilidade de generalizações absolutas acerca do comportamento humano. No caso da autotradução, os processos se revelam tão cheios de peculiaridades que dificilmente as conclusões de um estudo se aplicariam, em toda a sua extensão, a outros. Evidentemente, as semelhanças existem, mas não creio que elas sejam absolutas. A generalização a que aspiro, como já afirmei anteriormente, é aquela denominada por David Tripp (1985, p. 33-34) como “qualitativa”.

Em resumo, ao estudar o caso do escritor brasileiro pretendo contribuir para a construção do conhecimento acerca da autotradução e de possíveis diferenças entre a autotradução e a tradução propriamente dita. A metodologia adotada proporcionará a exploração de características particulares e relevantes do caso de João Ubaldo Ribeiro. A seleção de materiais provenientes de fontes distintas (a obra, o escritor brasileiro e leitores profissionais) tem por objetivo assegurar a triangulação dos dados (Lier, 1988). A palavra do autor é explicação de seus atos, mas não deve ser considerada a única nem aquela que deve prevalecer sobre todas as outras. Considerá-la dessa forma significa acreditar no autor como origem única de explicações possíveis sobre sua obra, crença da qual não partilho. Suas explicações serão contrastadas com suas escolhas e também com estudos de

autoria de especialistas em sua obra para que uma interpretação mais elaborada e cuidadosa do trabalho do autotradutor João Ubaldo Ribeiro seja alcançada. Não pretendo com isso afirmar que meu papel é o de uma pesquisadora neutra, transportadora de significados advindos de outras fontes. Uma pesquisa de base interpretativista (Moita Lopes, 1994), como esta que realizo, é calcada na concepção de que o significado é construção do sujeito que o interpreta e, por isso, uma pesquisa jamais revelará significados construídos de forma imparcial ou neutra, já que o pesquisador também interpreta. Contudo, isso não quer dizer que qualquer interpretação será permitida, e a triangulação de dados tem por finalidade aumentar a confiabilidade de minhas interpretações.

A utilização de instrumentos de pesquisa distintos também contribui para a maior confiabilidade dos dados, como afirmei anteriormente. A micro-análise do original e do texto traduzido, que envolve a comparação entre eles, é comum entre os estudos da tradução e é fundamental para a compreensão do processo tradutório. Por sua vez, os dados obtidos através dessa micro-análise se complementam com a análise de paratextos. A entrevista por e-mail pode se transformar em metatexto importante, pois permite um contato direto com o sujeito da pesquisa. Entretanto, ela é um instrumento ainda pouco utilizado e, por isso, carente de análise de sua validade. Passo agora a uma discussão acerca do modelo investigativo proposto por Lambert e van Gorp para em seguida descrever brevemente as características da entrevista por e-mail e algumas das vantagens e desvantagens de sua utilização que se sobressaem no caso da entrevista com João Ubaldo Ribeiro.

2.3.1

O modelo de Lambert e van Gorp (1985)

Apresento agora o esquema para descrição de traduções proposto por José Lambert e Hendrik van Gorp (1985), que julgo apropriado para o estudo de caso sobre João Ubaldo Ribeiro, já que possibilita o exame de fatores que influenciam todo o processo tradutório. Considero, porém, que antes da apresentação do esquema em si, será necessário discutir, ainda que brevemente, as teorias e os estudos em que Lambert e van Gorp se apóiam para a elaboração de seu modelo

heurístico de análise. São eles: (i) a teoria dos polissistemas (Even-Zohar, 1990) e (ii) os DTS (Lefevere, 1990 e Toury, 1995)¹².

Foi Itamar Even-Zohar quem desenvolveu a teoria dos polissistemas, com base na noção de sistema dos formalistas russos. O estudioso da Universidade de Tel-Aviv considera que um contexto sociocultural é composto por sistemas distintos que se relacionam de forma dinâmica entre si na disputa por um lugar hegemônico (Gentzler, 2001, p. 114). Entre esses sistemas está o literário, que, por sua vez, contém sub-sistemas – de literaturas infantil, homoerótica, traduzida, entre outros – que também se comportam dinamicamente, fato que favorece sua evolução ao mesmo tempo em que impede sua estagnação. A literatura traduzida, objeto de interesse de Even-Zohar, é vista como integrante de um sistema literário, podendo ocupar nele uma posição central (no caso de um vácuo na literatura local, por exemplo) ou periférica (no caso de sistemas literários bem consolidados como o francês e o norte-americano) (Even-Zohar, 1990, p. 47).

Ressalto a dinamicidade e o permanente estado de tensão entre os elementos de um sistema, característicos da teoria de Even-Zohar (1990), como contribuições importantes para o estudo da literatura em geral e da literatura traduzida em particular. Estudos que se apóiam na teoria dos polissistemas, como o de Ofir Bergemann de Aguiar, que demonstra como os folhetins importados foram “relevantes para a introdução da forma da prosa na literatura brasileira do século passado” (1999, p. 150), vêm mostrar, por exemplo, que a literatura traduzida nem sempre tem um papel secundário na história da literatura.

É importante apontar ainda algumas críticas feitas à teoria dos polissistemas. Entre elas, está a crítica à visão binária que prevalece na teorização de Even-Zohar. É ingênuo acreditar que um polissistema esteja dividido entre centro e periferia, cânone e margem, já que, como afirma Martins (2002, p. 43), “hoje, de um modo geral, teorias da diferença, que privilegiam um dos elementos da oposição, dão lugar a teorias da complexidade, em que o modelo alternativo do ‘ou/ou’ se vê substituído pela fórmula do ‘e+e+e’”. De fato, a delimitação de fronteiras entre o canônico e o não-canônico é mais difícil hoje em dia. O exemplo de Paulo Coelho ilustra a questão, pois apesar de eleito para a Academia

¹² Revisões detalhadas sobre a teoria dos polissistemas e os DTS podem ser encontradas em Vieira (1996), Martins (1999; 2002) e Carvalho (2005).

Brasileira de Letras, com versões de suas obras para uma infinidade de idiomas, o autor é rejeitado no meio acadêmico e, muitas vezes, no meio literário.

Sem formar um grupo único e espalhados por diversas partes do mundo, os estudiosos descritivistas, que têm no sub-sistema de literatura traduzida seu foco de análise, compartilham de vários pressupostos teóricos. Entre eles, está a abordagem da tradução literária voltada para o texto-alvo, que faz com que os descritivistas não tenham como preocupação central a verificação do grau de equivalência entre original e tradução, mas sim a investigação das *normas* (Toury, 1995) que governam o processo tradutório, percebido para além dos limites dos textos – original e tradução. As normas são, de acordo com Toury, “a tradução de valores gerais e idéias compartilhadas por uma dada comunidade com relação ao que é certo e errado, adequado e inadequado, em instruções de desempenho aplicáveis a situações específicas, desde que não sejam (ainda) formuladas como leis” (p. 39) e podem ser hipoteticamente reconstituídas através da análise do texto traduzido e através dos “paratextos (prefácios e notas que acompanham uma tradução) e metatextos (comentários, resenhas e críticas publicadas em revistas, jornais, livros e obras de referência em geral)” (Martins, 2002, p. 59). Por inserirem-se em um contexto sociocultural, as traduções estariam ainda sujeitas a coerções que não se limitam aos sistemas lingüísticos em questão e incluem as dimensões da política e do poder (Lefevere, 1992). Ou seja, há limites que circundam, explícita ou implicitamente, o processo tradutório, já que a própria seleção dos textos a serem traduzidos, por exemplo, não se dá em um vácuo histórico e social, nem é um processo apolítico ou no qual não se verificam relações de poder. Tampouco a tradução propriamente dita é um processo que não sofre influências, e as estratégias utilizadas, consciente ou inconscientemente, pelo tradutor dependem dos sistemas em que autor, original, tradutor, tradução e leitores estão inseridos e das relações que mantêm entre si.

A meu ver, uma contribuição importante dos estudos descritivos vem a ser exatamente a visão sobre tradução, que a coloca sob uma nova perspectiva muito mais abrangente. O processo tradutório não se inicia quando o tradutor começa a produzir a tradução e tampouco termina quando o tradutor escreve a última linha de seu trabalho; na verdade esse processo tem início quando um texto é selecionado para publicação em um país estrangeiro e se estende até o momento em que a obra é revisitada por leitores – profissionais ou não – e seu impacto é

verificado no sistema-alvo. Outro ponto interessante é a preocupação com a descrição do processo tradutório, para melhor entendê-lo e explicá-lo, e não com a prescrição de normas para a tradução em geral. Outra contribuição importante é a abordagem da tradução literária como um fato da cultura-alvo. Para os descritivistas, o *status* de tradução, atribuído a um dado texto por leitores profissionais do sistema literário alvo, o tornará um objeto de estudo de interesse para os pesquisadores da área. Textos autotraduzidos vistos como representantes de um original em uma dada cultura-alvo são, portanto, possíveis objetos de análise dentro dos DTS, e a obra autotraduzida de João Ubaldo Ribeiro, foco desta tese, não poderia ser analisada de outro ponto de vista. Contudo, é importante destacar que o *status* atribuído inicialmente a tais textos poderá ser questionado.

É importante observar que o fato de os estudiosos descritivistas estarem preocupados com a descrição de um processo de tradução não implica uma atitude acrítica. Martins aponta que essa atitude pode ter sua origem na reação inicial dos estudiosos a abordagens prescritivistas que dominavam o cenário da pesquisa até então (2002, p. 43). Entretanto, a pesquisadora ressalta que “não há, na bibliografia básica da disciplina, estudos que endossem ou encorajem uma observação acrítica” (p. 44). A meu ver, a própria seleção de um determinado autor ou texto já demonstra algum posicionamento do estudioso.

O esquema proposto por Lambert e van Gorp (1985) tem por objetivo auxiliar o exame das relações entre sistemas literários das culturas fonte e alvo (p. 44) e entre os elementos desses sistemas, tais como autores, tradutores, originais, traduções e leitores. Assim, ele é um esquema extremamente relevante para aqueles que adotam uma abordagem descritivista no estudo do texto traduzido. A proposta de Lambert e van Gorp compreende quatro etapas: 1) os *dados preliminares*; 2) o *nível macro-estrutural*; 3) o *nível micro-estrutural*, e 4) o *contexto sistêmico*.

A primeira etapa consiste no estudo de aspectos extra-textuais que permitem que o leitor construa uma idéia geral a respeito da obra. Nessa fase, o pesquisador verifica, por exemplo, se o texto é apresentado como uma tradução, se o nome do tradutor é mencionado, se o editor inclui metatextos e examina aspectos tais como a editora, data de impressão, título, capa, paratextos e a estratégia geral de tradução. As descobertas feitas durante essa etapa propiciarão a construção de

hipóteses acerca da estratégia geral de tradução que serão confirmadas (ou não) nos níveis macro e micro-estrutural.

No segundo estágio, baseado nas hipóteses levantadas no nível anterior, o pesquisador verifica se o tradutor acrescenta ou omite palavras, frases, parágrafos ou capítulos e avalia as consequências desses acréscimos ou omissões. Comparam-se aspectos da estrutura do texto-fonte e do texto-meta que incluem a divisão de capítulos em parágrafos e destes em frases, títulos de capítulos e a numeração destes, além de características dos diálogos e da narrativa para que as hipóteses anteriores possam ser confirmadas ou reconstruídas. Nessa fase, a ênfase é na estrutura principal do romance, e as descobertas de tal análise fornecerão pistas para o estudo no nível micro-estrutural.

No terceiro estágio do esquema de Lambert e van Gorp (1985), o pesquisador verifica se o tradutor sempre segue as normas reconstruídas nas etapas anteriores ou se há exceções. A comparação entre a tradução e o original é aprofundada através da análise de trechos selecionados anteriormente, e tem por base as hipóteses levantadas durante a análise macro-estrutural.

No quarto estágio do modelo, o pesquisador analisará metatextos para compreender a posição da tradução no contexto sociocultural estrangeiro. São considerados comentários, resenhas e críticas publicados em revistas, jornais, livros e obras de referência em geral. Outros aspectos importantes são o número de edições, re-impressões, novas traduções ou mesmo eventuais obras publicadas sobre o autor.

O esquema proposto por Lambert e van Gorp (1985) é importante para a construção de um quadro geral do tema de interesse de um pesquisador. Como mencionei na introdução a esta tese, utilizei o esquema para desenvolver uma monografia e assim pude construir um rico panorama sobre João Ubaldo Ribeiro e suas autotraduções. Pude também verificar aquela que considero uma desvantagem do modelo: a quantidade de dados coletados pode crescer de forma infinita. O advento da internet como fonte de informações contribui de forma decisiva para esse crescimento e, conseqüentemente demanda do pesquisador a habilidade de selecionar fontes confiáveis. Por outro lado, uma utilização eficiente do esquema propicia resultados extremamente ricos. De fato, minha pesquisa sobre a obra autotraduzida de João Ubaldo Ribeiro contou com a internet como importante fonte de informações acerca do autor.

Finalmente, é importante destacar ainda que Lambert e van Gorp (1985) sugerem que se estabeleçam prioridades na análise de traduções (p. 47), ou seja, o estudioso deverá priorizar a(s) etapa(s) do esquema que melhor atendam a seu interesse de pesquisa. De fato, nesta tese, meu foco de interesse é o nível micro-estrutural, com o objetivo de verificar se o exercício do papel de leitor-modelo do texto original produz alterações que serão atribuídas e permitidas ao autor-modelo. Essa ênfase, contudo, não descarta a análise de paratextos, metatextos e do nível macro-estrutural, para que o lugar sistêmico de João Ubaldo Ribeiro e sua obra no polissistema literário norte-americano possa ser discutida.

2.3.2

A entrevista por e-mail

A entrevista por e-mail nasce das entrevistas tradicionalmente conhecidas como face-a-face, um dos instrumentos mais utilizados em pesquisas de base qualitativa (Mann & Stewart, 2000, p. 64). Entre as características mais gerais destas estão a presença dos participantes (entrevistador e entrevistado) em hora e local previamente determinados, as tarefas do entrevistador (o primeiro contato com o entrevistado, o acordo sobre local e horários, a elaboração prévia de questões ou temas a serem debatidos) e a tarefa do entrevistado, que consiste, basicamente, na resposta às perguntas do entrevistador (Gubrium & Holstein, 2001, p. 3). Lüdke e André (1986) apontam o caráter interativo da entrevista face-a-face, a possibilidade de “captação imediata e corrente da informação desejada”, o “aprofundamento de pontos levantados por outras técnicas” (p. 34) e a possibilidade de “correções, esclarecimentos” (p. 34), que tornam a técnica extremamente eficaz para a obtenção da informação de que o pesquisador necessita. Acrescentam ainda que, dependendo do tipo de entrevista – estruturada, semi-estruturada ou não-estruturada (p. 33-38) –, o entrevistador terá maior ou menor responsabilidade pela elaboração das questões.

Uma entrevista estruturada demandará a elaboração prévia de todas as perguntas e envolverá uma maior responsabilidade do entrevistador sobre elas, já que a formulação de questões pouco objetivas poderá, por exemplo, levar a uma coleta de dados pouco elucidativos. Esse tipo de entrevista assemelha-se a um questionário e não dá ao entrevistador “liberdade de percurso” (p. 34). Uma entrevista semi-estruturada divide a condução da entrevista entre os dois

participantes, e o entrevistador faz as adaptações necessárias para a obtenção da informação de que necessita, já que algumas questões são formuladas previamente enquanto outras serão suscitadas pela própria entrevista. Finalmente, uma entrevista não-estruturada dá a ambos, entrevistador e entrevistado, liberdade de percurso, assemelhando-se a uma conversa mais formal em alguns casos. Esses três tipos de entrevista têm, contudo, uma característica que lhes é comum: seu caráter assimétrico (Gubrium e Holstein, 2001, p. 3). Em geral, é o entrevistador, conhecedor dos objetivos da entrevista e do tema a ser abordado, que se encontra em posição de supremacia sobre o entrevistado, que, via de regra, tem apenas uma idéia geral acerca dos objetivos da entrevista e do tema proposto. Creio, entretanto, que o grau de assimetria pode ser menor se a entrevista for do tipo não-estruturada ou ainda se o relacionamento entre entrevistador e entrevistado for mais próximo. Vejamos agora como essas características se aplicam à entrevista por e-mail.

Essa técnica vem sendo utilizada por pesquisadores de várias áreas do conhecimento (Mann & Stewart, 2000, p. 76). Em geral, uma lista de perguntas é enviada por e-mail ao possível entrevistado, que, depois de respondê-las, as envia de volta ao entrevistador. Ela é semelhante à entrevista face-a-face em alguns aspectos: depende da participação de entrevistador e entrevistado, e ao entrevistador cabem as tarefas de contatar os possíveis participantes e de elaborar questões; pode proporcionar a coleta imediata de dados e a retificação ou ratificação de informações obtidas através da implementação de outras técnicas. O envio de uma lista de perguntas torna a entrevista por e-mail mais semelhante a uma entrevista estruturada, na qual as questões são pré-estabelecidas pelo entrevistador e não há “liberdade de percurso”. Por outro lado, há também diferenças entre a entrevista face-a-face e a entrevista por e-mail que causam certa divergência sobre a eficácia da segunda. Os problemas mais freqüentemente apontados pelos críticos incluem a falta de envolvimento, o formato muito rígido marcado fundamentalmente por perguntas e respostas, a falta de interatividade e a possibilidade de que as perguntas sejam simplesmente ignoradas por possíveis entrevistados. Vejamos cada um desses problemas isoladamente.

Uma das principais críticas é a falta de envolvimento na entrevista por e-mail. Pesquisadores (Hewson *et al.*, 1996; Kiesler *et al.*, 1984; Short *et al.*, 1976) relatam que esse tipo de entrevista, assim como a comunicação mediada por

computador (CMC) de maneira geral, é impessoal e distante, fato que contribui para que os dados sejam menos ricos do que aqueles coletados através da entrevista em que ambos, entrevistador e entrevistado, estão fisicamente presentes. No contato da entrevista face-a-face o entrevistador tenta “quebrar o gelo” e aproximar-se de seu entrevistado, avalia a interpretação que este faz de suas perguntas e, quando necessário, a corrige imediatamente. Em muitos casos, o entrevistador avalia também o grau de sinceridade da resposta. Já a distância do e-mail pode fazer com que a relação entrevistador-entrevistado seja tão impessoal que, para Mann & Stewart (2000, p. 147-152), a utilização da entrevista por e-mail como instrumento de pesquisa pode ser até mesmo invalidada.

Outro problema é a possibilidade de que o entrevistado não responda às questões ou nem mesmo à solicitação de entrevista, ocorrência real e constante na correspondência eletrônica. Fulk *et al.* argumentam que os sujeitos de uma pesquisa podem simplesmente não gostar da “conversa eletrônica” ou podem ainda recear que a “criação de um texto escrito permanente os exponha à crítica ou talvez ao ridículo” (1992, p. 17). Outros podem ainda achar que a entrevista por e-mail demanda um tempo de que não dispõem.

Debatidos os problemas, passo agora a analisar as vantagens da entrevista por e-mail, uma das quais é a distância física entre os participantes, característica da CMC. Em primeiro lugar, a distância pode fazer com que os participantes de uma entrevista por e-mail sintam-se mais à vontade para expressar algumas opiniões (Wallace, 1999, p. 125). Outra grande vantagem, especialmente no caso de entrevistados com menor disponibilidade de tempo ou que residem em outros países, é o fato de que esse tipo de entrevista é mais prático, pois entrevistado e entrevistador não precisam, por exemplo, marcar dia e hora para possíveis encontros graças à facilidade da assincronia, característica da comunicação eletrônica (Paiva, 2004, p. 73).

Alguns pesquisadores do tema (Walther, 1992; Walther *et al.*, 1994) sugerem estratégias para que os problemas apontados acima sejam contornados ou minimizados. Entre elas, está a duração (prolongada) de uma entrevista por e-mail, que pode ter início com o envio de uma lista de perguntas a um grupo de possíveis entrevistados e depois se transformar em um contato mais próximo com o envio de e-mails àqueles que responderam às questões iniciais. Estendendo-se a entrevista por um período de tempo mais longo, meses e até mesmo anos, a

confiança e o envolvimento entre entrevistador e entrevistado tendem a aumentar. Além do tempo de duração, a habilidade do entrevistador é também um fator fundamental para o sucesso da entrevista por e-mail. Estudiosos sugerem que o entrevistador explique claramente quais são os objetivos de sua pesquisa e assim aumente a possibilidade de construção da confiança entre entrevistador e entrevistado (Mann & Stewart, 2000, p. 136). Além disso, o entrevistador deve ser hábil na condução de assuntos delicados, usando uma linguagem clara, explícita e polida, já que a comunicação eletrônica não fornece informações visuais acerca das reações dos participantes (p. 142).

Passo agora a discutir a aplicação das características apresentadas nesta seção ao caso da entrevista com o escritor João Ubaldo Ribeiro.

2.3.2.1

A entrevista por e-mail com João Ubaldo Ribeiro

Meu primeiro contato com João Ubaldo Ribeiro aconteceu no primeiro semestre de 2003 através de uma conversa telefônica, quando pedi a ele que me concedesse uma entrevista face-a-face. O escritor, de imediato, respondeu afirmativamente ao meu pedido, mas não foi possível acertarmos uma data e um local naquele momento por causa de seus inúmeros compromissos profissionais. Outros contatos telefônicos ocorreram sem que a entrevista face-a-face pudesse ser marcada, mas, durante o processo de negociação, João Ubaldo me forneceu seu endereço eletrônico, e resolvi enviar a ele um pedido de entrevista por e-mail, mais uma vez prontamente atendido. Concordamos então que eu enviaria um e-mail por semana; o escritor pediu que as perguntas não exigissem respostas “compridas demais” e prometeu responder a meus e-mails (e-mail, 15/07/2003). De fato, João Ubaldo respondeu generosamente a *todos* os e-mails que envio desde 2003. Minha entrevista, portanto, não segue os padrões do formato de uma entrevista por e-mail ou, pelo menos, não teve início da mesma forma, já que nunca enviei uma lista de perguntas ao autor. Assim, ao utilizar o termo “entrevista por e-mail”, me refiro aos muitos e-mails trocados com João Ubaldo Ribeiro sobre o mesmo tema: a autotradução. Acredito que esse processo tem características da entrevista por e-mail mais comum, conforme discutirei em seguida.

Em primeiro lugar, minha entrevista dependia fundamentalmente da minha participação (a entrevistadora) e da participação de João Ubaldo (o entrevistado). A mim caberia a elaboração das questões, mas elas não foram preparadas antecipadamente. Enviei as perguntas na mesma medida em que minhas dúvidas surgiam durante meu processo investigativo, o que revela uma grande vantagem do tipo de entrevista que utilizei: uma lista de perguntas elaboradas antes de minha análise dos dados poderia deixar de fora questões importantes. Além disso, novas visões surgiram a partir da descoberta recente de outros estudos, e uma lista de perguntas não teria permitido o esclarecimento de algumas informações. A participação de João Ubaldo consistia nas respostas e, como mencionei acima, o escritor cumpriu sua promessa e foi um entrevistado extremamente solícito, respondendo sem demora às minhas perguntas. Assim, posso afirmar que a entrevista que conduzi proporcionou a coleta imediata de dados.

Meu relato inicial também demonstra aquela que é, a meu ver, uma das principais vantagens da entrevista por e-mail: a assincronia (Paiva, 2004, p. 73). O fato de que os participantes da entrevista não precisam estar presentes na mesma hora e local facilitou de forma decisiva nossa interação. Os compromissos profissionais do escritor e o processo de escrita de um novo romance tornaram a entrevista face-a-face um evento de realização impossível.

Minha entrevista também apresenta dificuldades, mas que foram minimizadas, enfatizo mais uma vez, pela disponibilidade demonstrada pelo escritor. Entre os problemas da comunicação mediada por computador (Hewson *et al.*, 1996; Kiesler *et al.*, 1984; Short *et al.*, 1976) estão a impessoalidade e a distância. No caso da entrevista com João Ubaldo, ou com qualquer outro profissional tão popular e respeitado como ele, esses fatores não chegam a constituir um problema. Na verdade, o computador contribui para que esses problemas sejam minimizados. Acredito que minha presença física entrevistando um escritor famoso sobre um assunto que ele prefere não discutir tornaria, provavelmente, o encontro face-a-face ainda mais impessoal e distante. Com efeito, a possibilidade de entrevistá-lo por e-mail permite que eu faça perguntas e expresse opiniões que, provavelmente, não faria ou expressaria se estivéssemos frente a frente (Wallace, 1999, p. 25).

O tempo de duração da entrevista não contribuiu para a construção de um maior envolvimento entre entrevistador e entrevistado, que faria com que, por

exemplo, discussões mais profundas sobre um tema pudessem acontecer. A falta de maior envolvimento, no caso da entrevista que conduzi, contribuiu para que João Ubaldo, de maneira polida, se recusasse a responder determinadas questões ou a aprofundar temas levantados por suas respostas (e-mail, 18/11/2003; 03/12/2003; 16/02/2004). Por outro lado, o fato de que a entrevista alcançou um tempo de duração que considero bastante longo contribuiu para que João Ubaldo me incluísse em seu caderno de endereços. Durante a entrevista, recebi e-mails do escritor avisando, por exemplo, que estaria viajando e não poderia responder perguntas durante certo período de tempo. Tais e-mails, contudo, não demonstram envolvimento, mas sim a polidez do escritor e seu compromisso de respeito e generosidade para com o público-leitor (profissional) do qual faço parte.

Outro problema da entrevista por e-mail é seu formato rígido, marcado por perguntas e respostas, que dificulta e por vezes impede a retificação de informações, por exemplo. De fato, apesar de não ter apresentado uma lista de perguntas, minha comunicação com João Ubaldo se resume a questões que são regularmente respondidas por ele em e-mails que contêm, geralmente, a resposta que procuro. Entretanto, o tipo de entrevista que conduzi com o escritor possibilitou a ocorrência de retificações. Em algumas ocasiões, quebrei o compromisso de enviar um e-mail por semana e, ao receber uma mensagem sobre a qual eu precisava de algum tipo de complementação, enviava outra imediatamente a João Ubaldo, que respondia sempre, embora eu estivesse “descumprindo” nosso acordo inicial. Em outras ocasiões tentei “quebrar o gelo” e fiz observações a respeito de fatos da vida do escritor que aparecem publicados em vários jornais e revistas cariocas. De forma geral, ele respondeu sempre polidamente, mas demonstrou também que nosso contato deveria manter-se dentro dos padrões que havíamos concordado anteriormente: minhas perguntas seriam sobre a autotradução de seus romances. Sendo meu interesse principal seu trabalho como autotradutor, o cumprimento de nosso acordo favoreceu minha coleta de dados.

É interessante observar também o receio da criação de um texto permanente, da exposição à crítica ou ao ridículo (Fulk *et al.*, 1992, p. 17), considerado um dos motivos pelos quais entrevistados deixam de responder às listas de perguntas. Percebi que o autor demonstrou preocupação com o tema quando perguntei a ele se eu poderia utilizar suas respostas em minhas apresentações em congressos, pois

João Ubaldo permitiu a utilização desde que suas respostas não contivessem erros (e-mail, 08/10/2003). Isso indica que o escritor tem consciência do caráter de permanência dos e-mails, situados entre a comunicação oral e a comunicação escrita, e de que seus textos são, na verdade, públicos ainda que tenham sido enviados a uma pessoa em particular. Sendo públicos, os textos devem ser corretos, na opinião do autor. Voltarei à questão da correção durante minha discussão acerca do papel do leitor-modelo estrangeiro.

É importante destacar que João Ubaldo, muitas vezes, contraria sua própria orientação e escreve e-mails bastante longos para responder a algumas de minhas perguntas. Contraria também aquela que é descrita como uma característica da comunicação via e-mail, constantemente apontada em manuais de estilo: os usuários devem ser breves (Crystal, 2001, p. 57). Felizmente, ao contrariar sua própria orientação, João Ubaldo está contribuindo para o enriquecimento dos dados que informam a minha pesquisa.

Finalmente, enfatizo mais uma vez que a entrevista por e-mail que realizei fugiu aos padrões de utilização do instrumento, mas esse fato trouxe vantagens para meu trabalho. Além disso, acredito que a internet e a revolução operada com a sua introdução devem fazer da entrevista por e-mail uma possibilidade mais freqüente em um futuro próximo e também introduzir outras modificações decorrentes de características específicas de cada situação.

2.4

Considerações finais

Neste capítulo procurei discutir os conceitos, os instrumentos e a metodologia que utilizo, suas vantagens e desvantagens. Considero que a metodologia precisa ser detalhada para que o leitor possa olhar a discussão a partir de perspectiva semelhante àquela do pesquisador e chegar às suas próprias conclusões.

Como verifiquei, o contraste entre dados provenientes de fontes variadas deverá possibilitar uma discussão rica acerca da autotradução. A entrevista por e-mail também se revela um instrumento bastante eficaz e suas limitações devem ser reconhecidas e superadas, como desejei fazer.

Terminadas, por ora, as considerações teóricas e metodológicas pertinentes, passo a discutir a autotradução.